

A Petrobras e a ditadura empresarial-militar brasileira: notas sobre a interface entre as empresas privadas e o processo de conglomeração da petroleira (1964-1979)

Julio Cesar Pereira de Carvalho¹

Resumo

Mesmo inserida no severo cenário de crise que acometia o Brasil na primeira metade da década de 1960, a Petrobras seguia sendo um importante sustentáculo para a estratégia de acumulação do conjunto das forças capitalistas brasileiras. De forma direta ou indireta, a sua expansão instigava e/ou contrariava uma complexa rede de interesses de distintas frações da burguesia. Com a instauração da ditadura em 1964, foi implementado um complexo sistema de repressão à classe trabalhadora, dentro e fora das fábricas. No caso da Petrobras, foi instituído um intrincado aparato de vigilância e perseguição, além do cerceamento das atividades e organizações sindicais. Dado esse panorama repressivo, que foi conjugado à reforma administrativa sob o pretexto de conceder um contorno “despolitizado” às empresas estatais, o objetivo principal deste trabalho é realçar aspectos da outra face da moeda. Assim, o trabalho aqui proposto elencará um breve mapeamento dos capitais privados que foram favorecidos economicamente naquela circunstância, compassando a sua rentabilidade ao processo de conglomeração da Petrobras entre 1964 e 1979. Os resultados deste estudo são parciais e fazem parte de pesquisa em andamento sob os auspícios do edital “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura”, organizado pelo CAAF-Unifesp.

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF-PPGH), Brasil. – julio.pereiradecarvalho@gmail.com
Curriculum vitae: <http://lattes.cnpq.br/5563432252987348>

A Petrobras e a ditadura empresarial-militar brasileira: notas sobre a interface entre as empresas privadas e o processo de conglomeração da petroleira (1964-1979)

1. Introdução

Mesmo com o cenário político e econômico sinuoso que balizou a primeira metade da década de 1960, a Petrobras seguiu sendo uma das empresas com maior potencial de ampliação no Brasil. O decurso do desenvolvimento da estatal se tornou elementar para a garantia da estratégia de acumulação do conjunto das forças capitalistas brasileiras. De forma direta ou indireta, a sua expansão instigava e/ou contrariava uma complexa miríade de interesses de distintas frações da burguesia.

No momento do golpe empresarial-militar, perpetrado em abril de 1964, a Petrobras possuía duas refinarias, além do monopólio da importação de derivados e da produção de óleo cru. Na esteira dos rearranjos político, econômico e institucional estabelecidos pelos governos autocráticos, o período da ditadura implicou a expressiva expansão dos negócios da estatal, possibilitando a ampliação de seu parque produtivo e de suas refinarias, além de encetar o seu processo de conglomeração e internacionalização.

As bases que sedimentaram a galvanização da Petrobras naquele período, no entanto, foram lastreadas por um severo contexto de repressão e perda de direitos. Apenas para elencar alguns fatores que compõem esse quadro, pode-se destacar: a sofisticação, por parte do Estado, do exercício de vigilância, tortura e perseguição aos trabalhadores e suas entidades organizativas; as perdas reais do salário das frações de menor renda; o aumento expressivo das desigualdades sociais; a expropriação de territórios indígenas; a contenção orçamentária das pastas ministeriais voltadas à educação e saúde, em benefício daquelas voltadas ao “desenvolvimento” produtivo, como os ministérios da Infraestrutura e dos Transportes; censura cultural e midiática; perdas dos direitos político-institucionais com o cerceamento dos Legislativos estaduais e federal; bem como a captura e repressão aos movimentos sociais (Campos, 2018: 352; Mattos; Bastos; Barone, 2018: pp. 23-54).

O texto aqui apresentado tem como principal objetivo estabelecer um breve mapeamento dos interesses empresariais em torno da Petrobras em seu processo de

conglomerado, entre os governos de Castelo Branco e Ernesto Geisel (1964-1979). Considerando o contexto rigoroso de repressão e perseguição aos trabalhadores da estatal, intentamos averiguar alguns aspectos que compõem o outro lado da moeda. Ou seja, pretendemos identificar, de forma genérica e preliminar, quais os segmentos da classe dominante brasileira que compassaram a sua dinâmica de acumulação às diferentes faces do grupo Petrobras, com ênfase naquelas subsidiárias atreladas aos segmentos petroquímico (Petroquisa) e de internacionalização (Braspetro e Interbras).

Este estudo está atrelado ao grupo responsável por pesquisar a violação de direitos pela Petrobras na ditadura brasileira, sob os auspícios do edital “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura”, organizado pelo CAAF-Unifesp. Além disso, esta pesquisa também faz parte das investigações em andamento no doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. O objetivo central da tese em construção é analisar o favorecimento e articulação do empresariado em torno dos negócios da Petrobras no período autoritário (1964-1988), com destaque para o seu processo de internacionalização.

Tendo em vista o estudo de Carmen Alveal Contreras (1994), que ilustra, de forma sistematizada, que o desenvolvimento da estatal nesse período esteve atrelado a frações específicas do grande empresariado brasileiro, a pesquisa aqui erigida é direcionada por uma linha hipotética assentada em uma perspectiva teórica que considera, concretamente, indissociável a relação entre Estado e classes sociais². Logo, a hipótese que norteia a tese versa que o favorecimento empresarial em torno dos negócios da Petrobras não se deu pela mobilização do desenvolvimento do país para a sustentação de um suposto *interesse nacional*, como fez transparecer as retóricas oficiais do período. Tampouco esse processo foi arquitetado por uma burocracia tecnocrática neutra das relações sociais ou por uma elite político-militar calcada no princípio de sustentação de um certo nacionalismo econômico, como sugere certas bibliografias (Carvalho, 1976). De forma diversa, ainda que não desconsideramos a possibilidade de ocorrências esporádicas de uma autonomia relativa do Estado em determinados episódios, pressupomos que o direcionamento das políticas petrolíferas esteve embrenhado não apenas ao corpo militar, mas também a ações decorrentes de

² Essa perspectiva está lastreada na concepção de Estado integral, tal qual categorizou Antonio Gramsci (Gramsci, 2000).

uma complexa mobilização de segmentos pertencentes às classes empresariais brasileiras.

A primeira parte deste texto se concentrará em elencar aspectos mais gerais acerca da inter-relação entre a Petrobras e o empresariado. Para isso, será explicitado o compêndio de uma análise das biografias coletivas dos presidentes da petrolífera na ditadura, os efeitos da reforma administrativa de 1967 na estrutura da petrolífera e a presença de tecno-empresários vinculados ao Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPES) por entre as instituições da empresa e do Estado.

A segunda seção focará em fazer uma sucinta apresentação da Petrobras Química S.A. (Petroquisa), subsidiária da Petrobras atuante no ramo da petroquímica. O objetivo central será o de expor o papel fundamental da empresa no amparo e composição de empresas privadas, nacionais e estrangeiras do segmento.

Por fim, serão elencados alguns aspectos acerca das subsidiárias da Petrobras atuantes na seara internacional (Braspetro e Interbrás). O intento principal é expor o papel de pivô da empresa em relação aos interesses de uma gama considerável de empreendimentos empresariais, dos quais se destacam os episódios envolvendo a relação entre a Volkswagen do Brasil, a Mendes Jr. e o Iraque, a partir da segunda metade da década de 1970.

2. Aspectos gerais acerca da inter-relação entre as classes dominantes e a Petrobras: reforma administrativa e a presença de tecno-empresários nos quadros da estatal

A conflagração do golpe de 1964, o imediato acirramento da repressão às organizações da classe trabalhadora, bem como as reformas econômica e administrativa, impactaram significativamente os rumos da Petrobras. Por um lado, esse conjunto de elementos alijou a possibilidade de os trabalhadores definirem ou influenciarem as estratégias da estatal. Por outro, a conglomeração e ampliação dos negócios da petrolífera parecem ter sido acompanhadas por uma forte expansão e influência dos interesses do empresariado atuante no Brasil durante o período ditatorial.

Um elemento que reforça o indicativo dessa maior garantia dos interesses empresariais - locais e estrangeiros - junto aos negócios da Petrobras pode ser percebido

a partir da trajetória coletiva de seus presidentes no período em questão³. Dos nove que ocuparam o cargo entre abril de 1964 e março de 1985⁴, sete eram militares, sendo todos pertencentes às patentes do oficialato de generais; dos membros da caserna, seis se formaram ou tiveram algum vínculo com a Escola Superior de Guerra (ESG) e três fizeram curso de aperfeiçoamento na US Army Command and General Staff College (CGSC), nos Estados Unidos; por fim, dos nove, cinco passaram a ocupar postos de alto escalão em empresas privadas após o egresso da presidência da estatal, sendo a maioria das firmas atrelada à indústria química ou petroquímica.

O pertencimento aos quadros da ESG, as formações no CGSC e as atuações posteriores na iniciativa privada sugerem, no mínimo, a ocorrência de certa condescendência das chefias da Petrobras em relação: (1) a uma certa ascendência ou influência de empresas particulares em relação à definição das políticas da estatal; e (2) a eventuais incursões em prol dos interesses de empresas e do governo norte-americanos. No entanto, como alerta Flávio Heinz (2006: 11), o exame de biografias coletivas (prosopografia) é um instrumento útil para compreender de forma mais primorosa os condicionantes concernentes à ação política de um determinado grupo, não respondendo a todas as questões colocadas pela complexidade social. Dessa forma, as análises a seguir servem, dentre outras coisas, para fortalecer ou tensionar os nexos levantados nessa etapa prosopográfica da análise.

Com o estabelecimento da ditadura, a despeito dos aparatos diretamente instituídos para perpetrar a repressão, o primeiro governo militar teve nas reformas políticas um grande instrumento de inflexão frente às diretrizes e conformação social do período imediatamente anterior. Junto às alterações nesse sentido estipuladas no ramo econômico, a reforma do setor público foi bastante emblemática na reorientação organizacional da política brasileira.

O Decreto-Lei nº 200/1967, que consolidou a reforma do setor público, instituiu uma maior descentralização administrativa às empresas e entidades estatais e as

³ A pesquisa prosopográfica foi realizada a partir das biografias coletivas disponíveis em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>.

⁴ Foram os seguintes: Ademar de Queiroz (07-04-1964 a 30-06-1966), Irnack Carvalho do Amaral (30-06-1966 a 17-03-1967), Artur Duarte Candal Fonseca (27-03-1967 a 24-03-1969), Waldemar Levy Cardoso (31-03-1969 a 30-10-1969), Ernesto Geisel (06-11-1969 a 06-07-1973), Floriano Peixoto Faria Lima (17-07-1973 a 01-10-1974), Araken de Oliveira (03-10-1974 a 14-03-1979), Shigeaki Ueki (26-03-1979 a 28-08-1984) e Thelmo Dutra de Rezende (28-08-1984 a 19-03-1985).

dotou de um regime jurídico de direito privado. O artigo 27 do Decreto-Lei enfatizava “o princípio da descentralização”, garantindo às empresas públicas e sociedades de economia mista condições idênticas às do setor privado, sendo essas companhias compelidas a ajustarem-se ao plano geral do governo (Brasil, 1967). Essa inflexão jurídica firmada no final do governo de Castelo Branco esteve em consonância com a retórica governamental de instituir a primazia da tecnicidade nas entidades estatais, de forma a alijar as interações e convicções “políticas” da definição de suas diretrizes.

Junto às demissões em massa, perseguições e torturas, a reforma administrativa significou, para a Petrobras, a síntese das contraposições militares às interações sociais ao redor da empresa no período precedente. Os primeiros anos da década de 1960 foram demarcados por importantes mobilizações trabalhistas em torno dos processos decisórios da estatal, em um processo em que os sindicatos chegavam a ser a força decisiva para a escolha dos presidentes da petrolífera⁵. Somou-se a esse quadro o emblemático episódio do levante de marinheiros e fuzileiros navais de março de 1964, que simbolizou um importante apoio entre organizações trabalhistas e a caserna (Carvalho, 1977: 160-161).

Contudo, os efeitos da reforma do setor público na Petrobras representaram a face administrativa e menos truculenta do movimento de afastamento dos trabalhadores frente aos rumos da empresa. Um outro aspecto desse processo se deu através da implantação de uma metódica estrutura de vigilância e perseguição aos operários dentro das unidades da estatal, já nos primeiros meses da ditadura. Além dos expurgos efetuados a partir do período imediato que sucedeu o golpe, a sistematização desse patrulhamento neutralizou as possibilidades de organização autônoma por parte dos trabalhadores, em um movimento que iria se aprofundar nos anos subsequentes (Praun, Costa, 2016; Ivo, 2019; Freitas, 2020).

Como já realçado, a reforma administrativa esteve no bojo do esforço do regime de enfatizar o seu caráter “tecnocrático”, no sentido de forjar um entendimento de que as iniciativas do Estado não eram “políticas”, mas sim “científicas” e “nacionais”. Essa conduta consumava o aparato ideológico de conformação do governo autoritário. Como destaca René Dreifuss, chancelar os novos ocupantes do poder de tecnocratas é um equívoco, visto que a maioria dos técnicos que ocuparam as

⁵ Praticamente todos os presidentes da Petrobras nos governos Jânio Quadros e João Goulart (Geonísio Barroso, Francisco Mangabeira e Osvino Ferreira Alves) foram empossados com força decisiva do movimento sindical. Ver: Moura, 2003: 114-120).

instituições do Estado era de origem empresarial ou tinha relações estritas com este segmento, sendo muitos deles, inclusive, ativistas do IPES⁶ (Dreifuss, 1981).

É oportuno destacar, nesse sentido, que os eixos fundamentais do Decreto-Lei nº 200 estavam em estreita consonância com o anteprojeto de reforma administrativa elaborado pelo IPES entre 1961 e 1964 (Bortone, 2013). Nosso estudo segue no sentido de expor que a autonomia relativa oriunda da descentralização administrativa de 1967 não desvencilhou a atuação da Petrobras da influência e mobilização empresarial no que tange ao delineamento de seus projetos durante a ditadura.

Já no decurso do golpe de 1964, o então presidente da Petrobras, o marechal Osvino Ferreira Alves, foi destituído do cargo, sendo preso no forte de Copacabana e figurando como um dos primeiros alvos da cassação dos direitos políticos estabelecida pelo Ato Institucional nº 1. A assunção do marechal Ademar de Queiroz ao posto, em abril de 1964, se deu imbuída por essa ideologia da “despolitização”. Tendo cursado a ESG e protagonizado importante papel na construção do golpe e ascensão de Castelo Branco ao poder, Queiroz atuou para isolar a empresa da influência dos agentes de caráter mais nacionalista (Carvalho, 1977: 161-162).

A aclamação por uma “neutralidade” das entidades estatais, propagada por Ademar de Queiroz, estava em consonância com as diretrizes do IPES, não por acaso. O marechal fazia parte do Estado-Maior informal na entidade. Também pertenciam ao Instituto o ministro de Minas e Energia da época, Mauro Thibau; os conselheiros da Petrobras Manoel da Costa Santos, Silvio Fróes de Abreu e Carlos Medeiros Silva; Emílio Mauro Maurell Filho e Haroldo Lisboa da Graça Couto, que eram, respectivamente, presidente e conselheiro do CNP; bem como o presidente do Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM), Juvenal Osório Gomes (Bortone, 2018: 200-206).

Além dessa nova estratégia de condução da Petrobras firmada por Ademar de Queiroz, as perseguições aqui referidas e a “tecnificação” da estatal foram também afiançadas pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965. Dentre outras deliberações, o Ato estabeleceu a eleição indireta para a presidência da República e garantiu ao chefe de

⁶ O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), foi uma entidade criada em 1961, composta majoritariamente por empresários ligados aos capitais estrangeiros e militares da Escola Superior de Guerra (ESG). O Instituto foi um ator-chave no processo de desestabilização do presidente golpista João Goulart. Com a consolidação da ditadura, diversos membros da entidade passaram a ocupar cargos estatais (Dreifuss, 1981).

Estado o direito de cassar ou suspender os mandatos de todos os políticos eleitos. Essas diretivas excluíram parte expressiva de eventuais entraves institucionais às políticas petrolíferas traçadas pelo regime.

Uma das primeiras medidas de Castelo Branco no ramo petrolífero foi a promulgação do decreto 56.570, que revogava a encampação de refinarias decretada por João Goulart. A deliberação adotada pelo presidente golpeado provocara grande celeuma entre as frações do empresariado, sobretudo aquelas avessas ao monopólio. A apreensão estatal das refinarias levou, inclusive, à família Rockefeller a se pronunciar contra a decisão, realçando que o ato desagradava a Standard Oil (Spohr, 2016: 273).

O segundo decreto do regime nessa seara foi o de número 56.571, que previa a participação conjunta dos capitais nacional, estrangeiro e estatal na indústria petroquímica (Moura, 2003: 141-142). Com forte articulação de Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos⁷ para garantir a habilitação da iniciativa privada no negócio, essa disposição legal viria a influenciar a estrutura de capitais e os moldes de atuação da Petrobrás Química S.A. (Petroquisa), subsidiária atuante no setor petroquímico, criada no início do governo de Artur da Costa e Silva.

A despeito da consolidação de estruturas repressivas dentro de suas instalações, o principal elemento de alteração estrutural da Petrobras durante o governo de Castelo Branco consistiu nas alterações a nível organizacional. Lastreada nos critérios da reforma administrativa, a gestão de Ademar de Queiroz conduziu uma departamentalização da empresa, baseada na verticalização do comando e na instituição de unidades intermediárias de coordenação⁸. Essa nova disposição institucional contribuiu para conferir maior poderio e controle aos escalões gerenciais da petrolífera (Carvalho, 1977: 161-171).

Mesmo com a composição e programa político direcionados por frações empresariais e militares atreladas ao capital multinacional e associado, o governo Castelo Branco não adotou medidas que flexibilizassem o monopólio estatal da exploração/produção de petróleo conferido à Petrobras. Contudo, sua gestão também não estimulou a diversificação das atividades da empresa, algo que seria aprofundado nas administrações ulteriores.

⁷ Ministros da Fazenda e do Planejamento, respectivamente. Eles também compunham os quadros do IPES.

⁸ Os departamentos criados foram os seguintes: Exploração e Produção, Industrial, Transportes e Comercial.

Dado esse panorama, pode-se perceber que os rearranjos na estrutura da Petrobras nos primeiros anos da ditadura foram alicerçados por, pelo menos, três fatores fundamentais, quais sejam: (1) pela consolidação de uma rede sistematizada de vigilância e repressão política aos operários, interligada às estruturas policiais do Estado; (2) por uma forte ascendência tecno-empresarial em seu ordenamento decisório; e (3) por uma reorganização administrativa que centralizou as decisões corporativas nos escalões superiores da empresa e lhe concedeu relativa autonomia frente às demais instituições estatais. Foi a partir dessas (re)orientações que foram abertas as alas para a verticalização produtiva da Petrobras nos governos subsequentes.

Em 1967 foi criada a Petrobras Química S.A. (Petroquisa), no governo de Artur da Costa e Silva, primeira subsidiária do grupo, responsável por atuar no ramo petroquímico⁹. Até o final da década de 1970, o sistema Petrobras contaria, além da Petroquisa, com mais cinco subsidiárias: a Petrobras Distribuidora, fundada em 1971 para atuar na distribuição de combustíveis; a Braspetro, de 1972, habilitada para explorar e produzir petróleo no exterior; a Petrofértil, em 1974, da área de fertilizantes; a Interbras, em 1976, responsável pela comercialização internacional de produtos brasileiros como moeda de troca nas compras de petróleo; e a Petrobras Mineração S.A. (Petromisa), consolidada em 1977.

Dada as próprias limitações deste texto, não nos deteremos em tratar dos projetos de exploração/produção de petróleo e das refinarias da Petrobras na ditadura. Optamos por focar nas subsidiárias, mais especificamente na Petroquisa e nas empresas atuantes no ramo internacional (Braspetro e Interbrás). Tais escolhas, ainda que abarquem de forma breve a trajetória dessas importantes companhias, se justificam por essas terem sido as duas entidades do grupo Petrobras que mobilizaram, *diretamente*, um conjunto complexo de interesses da burguesia, diferentemente das demais subsidiárias.

3. A Petroquisa e o favorecimento ao empresariado local

A Petroquisa foi fundada com o objetivo principal de induzir e viabilizar a participação privada no segmento petroquímico. Entre 1965 e 1972, a prioridade foi reduzir a dependência externa, estimulando a sustentação das indústrias do setor

⁹ Em relação à articulação entre o empresariado atuante no setor químico/petroquímico e o Estado durante a ditadura, ver: Poças, 2013; Bortone, 2018.

atuantes no país, sem maiores critérios de discriminação entre capital nacional ou estrangeiro.

A partir de 1973, no entanto, vinculada ao pólo baiano, a subsidiária construiu uma estratégia de internalização da petroquímica. Instituído o modelo tripartite, formado pelo Estado e capitais privados (nacional e estrangeiro), a Petroquisa passou a amparar com maior ênfase os grupos locais em termos técnicos e financeiros, detendo o controle direto de companhias do ramo (Oliveira, 2010: 58).

No seu primeiro ano de atuação, a subsidiária salvou a Petroquímica União (PQU) da bancarrota, empresa que reunia capital multinacional e privado nacional, adquirindo 68% de suas ações. Movimentos congêneres ocorreram em relação à Poliolefinas, Oxiteno e Polibrasil, com capital votante variando entre 28% e 33%.

A associação da Petroquisa com os capitais privados do ramo petroquímico robusteceu significativamente a rentabilidade de tais grupos. A título de exemplo, a PQU, após ser salva da falência, seguiu tendo a Petroquisa como acionista majoritária, quadro prevalecente até a privatização acentuada do setor na década de 1990¹⁰. No final do período autoritário, em 1986, a estatal detinha 67,79% do capital votante da empresa (Contreras, 1994: 99).

Em 1970, a PQU já figurava, em termos de patrimônio líquido, na lista das maiores empresas do ramo químico e petroquímico atuantes no país, angariando o 31º lugar entre os 104 maiores grupos de capital aberto do segmento (Revista, 1970: 411-417). Durante essa década, o seu crescimento financeiro se acirrou ainda mais, chegando em 1980 sendo a 4ª maior empresa do setor (Revista, 1980: 226).

A Petrobras também foi a pedra angular para a constituição dos polos petroquímicos durante a ditadura. Em 1972, foi constituída a subsidiária da Petroquisa, a Petroquímica do Nordeste (Copene). Com participação de 50% do capital, o intuito principal era desenvolver o pólo petroquímico de Camaçari, em Salvador. Em 1976, foi estabelecida a Petroquímica Sul (Copesul), sendo 51% do capital pertencente a estatal.

¹⁰ Embora a galvanização financeira tenha sido uma realidade para a quase totalidade das indústrias petroquímicas as quais a Petroquisa se associou, é coerente enfatizar que, na maioria dos casos, a estatal tinha capital votante minoritário. Entretanto, ainda que não fosse majoritário, o grau de ações concentrado pela Petroquisa era bastante elevado para uma só empresa, perfazendo uma média de 44% ao considerar-se a totalidade das empresas petroquímicas as quais a estatal obtinha capital votante, em 1986 (Contreras, 1994: 99).

Antes do processo de privatização do setor, em 1992, o sistema de empresas associadas à Petroquisa, direta ou indiretamente, representava 80% da indústria petroquímica brasileira. O resultado de sua atuação serviu, sobretudo, para fortalecer os segmentos privados nacionais da petroquímica e contrabalançar os capitais estrangeiros nessa esfera.

A partir desse panorama, pode-se perceber que, além da atuação direta nas empresas do ramo petroquímico através da Petroquisa, a expansão das refinarias na ditadura não tinha como objetivo central apenas o suprimento nacional de combustíveis. Parte expressiva de sua ampliação esteve atrelada ao setor químico, como evidencia a criação dos pólos produtivos do Nordeste e do Sul. Conforme destacado, durante a ditadura a Petroquisa serviu, fundamentalmente, para amplificar a atuação das empresas nacionais do setor, fazendo com que estas ocupassem um maior espaço na economia brasileira, de forma a gerar um equilíbrio frente às empresas estrangeiras do segmento.

Na esteira do aprofundamento da verticalização produtiva da Petrobras, em 1972 foi criada a Braspetro, subsidiária responsável por explorar petróleo no exterior. Junto à Petroquisa, essas foram as companhias do grupo Petrobras que tiveram a sua dinâmica de atuação mais organicamente compassada com o empresariado brasileiro, uma vez que as diretrizes desses segmentos da estatal pressupunham a atuação direta de empresas de setores privados específicos. As frações do empresariado mobilizadas em cada subsidiária, no entanto, foram bastante distintas, como ficará evidente a seguir.

4. Braspetro e Interbrás: indícios sobre a atuação internacional da Petrobras como suporte aos interesses empresariais

A Petrobras Internacional S.A. (Braspetro) foi criada em 1972, habilitada para pesquisar, explorar e produzir petróleo em outros países. Os principais objetivos da subsidiária era ampliar alternativas de suprimentos de petróleo e economizar divisas, além de favorecer a absorção de tecnologia no segmento de exploração.

Os primeiros sinais da crise do petróleo de 1973 pressionou o governo a mobilizar, gradativamente, a Petrobras para aliviar a pressão no balanço de pagamentos decorrente do aumento dos preços internacionais do petróleo. Junto aos empreendimentos de pesquisa, exploração e produção, a Braspetro passou a atuar como “empresa comercial exportadora” (trading company) em 1974, implantando escritórios comerciais nos países em que atuava, de forma a viabilizar as exportações de serviços,

produtos primários e manufaturados brasileiros (Interbrás, 1984: 211). O sucesso dessas operações viria contribuir para o lançamento de outra companhia dentro do sistema Petrobras, dessa vez atrelada à Braspetro, a Interbrás.

A Petrobras Comércio S.A. (Interbrás) foi criada em fevereiro de 1976 com o objetivo de estimular as exportações de produtos brasileiros. Em um momento de queda nas reservas internacionais brasileiras e déficit na balança comercial, muitos dos negócios fechados pela companhia eram realizados através do oferecimento dos produtos e serviços brasileiros como abatimento de parte do pagamento das importações de petróleo.

Dada a debilidade em termos de pessoal, *expertise* internacional e/ou orçamento de muitas empresas brasileiras, a Interbrás atuava oferecendo estrutura adequada de comércio exterior. Seu objetivo basilar durante a ditadura foi viabilizar a introdução em mercados externos de produtos não tradicionais na pauta de exportações brasileiras. Junto a isso, a empresa visava a conquista de novos demandantes dos produtos nacionais de exportação (Interbrás, 1984: 312).

Como estratégia de atuação, a Interbrás atuava em duas frentes, a interna e a externa. Na primeira, a entidade buscava oferecer arranjos financeiros e operacionais às empresas estatais e privadas atuantes no Brasil, buscando viabilizar a exportação de seus produtos. Já na frente externa, a companhia atuava na manutenção e busca de clientes estrangeiros a fim de direcionar os produtos das empresas brasileiras. Sua atuação nessa dimensão também visava solucionar problemas em termos de transporte, distribuição, seguro, financiamento, marketing, dentre outros (Interbrás, 1984: pp. 213-214).

Durante a existência da Interbrás, entre 1976 e 1992, a comercialização fomentada contemplou uma miríade de indústrias, abarcando produtos oriundos de onze grandes segmentos (Toscano, 2011: 102). Em 1984, a companhia possuía uma rede operacional externa de médio porte, atuando em quase todos os continentes, com escritórios em três países do Oriente Médio, três na Europa Ocidental, três na Europa Oriental, três na América do Sul, dois na América do Norte, dois na Ásia e um na África (Interbrás, 2011: 216).

Um dos grandes empreendimentos da subsidiária na década de 1970 foi a criação do projeto TAMA, que consistia em um aglomerado de 21 empresas que foram mobilizadas pela Interbrás para a exportação de eletrodomésticos. A iniciativa foi alavancada, em um primeiro momento, pelo aumento da demanda nigeriana por esse

tipo de mercadoria, uma economia que, em 1976, estava em franco crescimento. É pertinente realçar que a produção de equipamentos domésticos no Brasil naquele momento era dominada por corporações multinacionais e associadas, que obtinham proeminência nesse ramo desde a década de 1950 e, a partir do golpe, aprofundou a sua liderança setorial.

No mesmo período do início das operações da TAMA na Nigéria, porém, o governo daquele país estabeleceu uma drástica política de austeridade, que contou com a contenção ao crédito e restrições expressivas às importações. O resultado do projeto foi negativo, perfazendo um prejuízo comercial de US\$ 2,5 milhões para os brasileiros. A partir de então, a TAMA teve que direcionar seus produtos para outros países do continente e para a América Latina (Interbrás, 1984: pp. 124-139)

Apesar da maior proximidade comercial com os países africanos, como no caso da Nigéria, as parcerias mais significativas da Petrobras no exterior durante a ditadura ocorreram com o Oriente Médio. O grande potencial petrolífero desta região foi fundamental para suprir parte considerável da carência petrolífera brasileira, em acordos que pressupunham a contrapartida em serviços e produtos nacionais.

De modo geral, o resultado da investida comercial junto aos países do Oriente Médio foi negativo para o Brasil. Apesar dos esforços de estímulo às exportações brasileiras para a região, a balança comercial nacional ficou deficitária. Enquanto as exportações brasileiras para a localidade saltaram de uma média de 1% referente aos anos de 1967-72 para 3% no período 1973-1978, as importações de petróleo evoluíram em média 60% entre 1967 e 1972, e 86% entre 1973 a 1978 (Toscano, 2011: pp. 88-89).

A despeito do preço elevado do petróleo, foram diversas as razões para a falta de êxito em torno da parceria comercial com a região. Os motivos vão desde a falta de capacidade das indústrias brasileiras de confeccionarem os produtos em tempo hábil, ao suposto excesso de burocracia no MRE pela qual se queixavam os empresários. No entanto, as tratativas da Braspetro/Interbrás com o Oriente Médio foram um negócio promissor para um grupo reduzido de empresas, das quais cabe destacar o segmento automotivo, cuja maior expoente foi a Volkswagen, e a indústria da construção pesada, com favorecimento da empreiteira Mendes Jr.

Dentre os países do Oriente Médio, o maior parceiro comercial do Brasil na década de 1970 foi o Iraque. Já em janeiro de 1974, o país de Saddam Hussein indicava à diretoria da Braspetro interesse em comprar arroz e açúcar, adquirir carros da

Volkswagen e executar projetos de construção civil. Ao longo da década, o vínculo entre os dois países se estreitou gradativamente (Toscano, 2011: 98).

Um grande feito da Braspetro no Iraque foi a descoberta do campo de Majnoon, no Sul do país, em 1973. A área prospectada pela estatal brasileira tinha capacidade equivalente a 10 bilhões de barris, o que representava cerca de 70 bilhões de dólares. Há sondagens que indicam, no entanto, que a área total poderia ter até 50 bilhões de barris de óleo (Chacel, 2007: 32).

No que tange a relação entre as subsidiárias da Petrobras e a indústria da construção pesada no Iraque, durante a década de 1970 o governo de Saddam Hussein queria modernizar seu país, sendo crucial, para isso, a instituição e expansão de projetos de infra-estrutura. Nesse bojo, a Interbrás, a Braspetro e os ministérios das Relações Exteriores, de Minas e Energia e da Indústria e Comércio enlaçaram uma profunda negociação para que a empreiteira Mendes Jr. fosse inserida para atuar no país.

Foi a partir de tais articulações que a construtora brasileira foi classificada para construir a ferrovia que ligava as regiões de Bagdá até Akashat. Projetada para ter 553 quilômetros de extensão, o contrato foi fechado em 2 de outubro de 1978 por US\$ 1,2 bilhão (Attuch, 2003: 31-32).

No que tange ao beneficiamento da Volkswagen através das articulações estabelecidas via Braspetro/Interbrás, no início da década de 1980 a empresa alemã estabeleceu um contrato de venda de 170 mil automóveis Passats para o país de Saddam Hussein. O negócio rendeu US\$ 1,7 bilhão para a montadora e foi considerada o maior contrato mundial de exportação de automóvel da indústria automobilística por Wolfgang Sauer, presidente da empresa à época (Attuch, 2003: 129).

5. Considerações finais

Ao término da primeira década da ditadura (1974), a Petrobras havia consolidado um sofisticado grau de verticalidade e complexidade em sua estrutura de produção. Contando com três subsidiárias, uma gama de refinarias distribuída em diversas regiões do país e com um avanço significativo em matéria de prospecção e exploração de petróleo cru, a estatal já se destacava como a maior empresa do país. O caráter autoritário do regime não significou, necessariamente, uma homogeneização do *modus operandi* e da dinâmica de atuação dos diversos flancos da empresa, e um

indicativo disso pode ser notabilizado através dos distintos interesses empresariais que circundaram em torno das subsidiárias da estatal.

Este estudo teve o objetivo principal de destacar alguns aspectos centrais da estratégia de acumulação da Petrobras e os interesses sociais em seu entorno. Abarcando elementos entre os governos de Castelo Branco e Ernesto Geisel (1964-1974), foi possível levantar alguns tópicos que destacaram como que, ao mesmo tempo em que os trabalhadores da estatal estavam imersos em um contexto de severa repressão, os interesses privados foram estreitados e ampliados junto aos negócios da petrolífera.

Na primeira seção, foram expedidos aportes para realçar três aspectos de reformulação da Petrobras já no governo de Castelo Branco (1964-1979). O primeiro deles consistiu na implementação de um sistemático sistema de vigilância e perseguição aos trabalhadores da empresa; o segundo foi a presença de tecno-empresários por entre as instituições da Petrobras e do Estado; e o terceiro compreendeu a reforma administrativa e consequente centralização decisória na organização da estatal. Essas diretivas contribuíram para a expansão dos negócios da Petrobras, viabilizando a sua conglomeração, em um processo no qual as empresas privadas tiveram papel de destaque.

No segundo capítulo, foi realizado um sucinto estudo de caso sobre a Petroquisa. Foi possível perceber que a sua atuação favoreceu, sobremaneira, as indústrias petroquímicas locais, de modo a contrabalançar o peso econômico das empresas estrangeiras do setor.

Por fim, a seção final realçou alguns episódios que ilustraram o papel da Braspetro e Interbrás no suporte às empresas atuantes no país na década de 1970. Mesmo tendo um quadro geral de insucesso em suas investidas comerciais internacionais, cujo fracasso emblemático foi o projeto TAMA, a atuação externa da estatal favoreceu sobremaneira um nicho reduzido de empresas. Sobre isso, foi abordada a articulação da petrolífera com o governo do Iraque para introduzir os produtos e serviços da Volkswagen e Mendes Jr. naquele país.

Podemos perceber que, enquanto a Petroquisa estabeleceu diretrizes no sentido de reduzir o peso do capital estrangeiro em favor da indústria petroquímica nacional, as subsidiárias internacionais da Petrobras tiveram configuração distinta no que concerne ao empresariado vinculado aos seus negócios. Na década de 1970, os segmentos empresariais que realmente efetivaram episódios de sucesso junto à estatal

no exterior foram companhias com alto grau de monopólio. Além disso, foram frações produtivas pertencentes aos segmentos econômicos proeminentes durante toda a ditadura, quais sejam, o da indústria química, da construção pesada e o automotivo.

Portanto, se a Petrobras durante a ditadura neutralizou qualquer ascendência e favorecimento da classe operária - como destacam Luci e Costa (2016), Ivo (2019) e Freitas (2020) -, por outro lado foi um grande negócio para o grande empresariado brasileiro. As próximas etapas da pesquisa tentarão perceber o momento da *articulação* entre empresários e a Petrobras, tentando perceber com mais afinco o direcionamento da estatal para o favorecimento econômico do empresariado e, também, na edificação do processo repressivo contra os trabalhadores.

Referências bibliográficas

ATTUCH, Leonardo (2003). Saddam, o amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá (Rio de Janeiro RJ: Qualitymark).

BORTONE, Elaine 2013 “A participação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)”, dissertação de mestrado em Administração, Niterói (UFF).

BORTONE, Elaine 2018 “O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura civil-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica”, tese de doutorado em História Social, Rio de Janeiro (UFRJ).

BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 14/03/2022.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira 2018 “Empresariado e ditadura no Brasil: o estado atual da questão e o caso dos empreiteiros de obras públicas” em Revistas Transversos (Rio de Janeiro) Nº 12.

CARVALHO, Getúlio (1977). Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco (Rio de Janeiro RJ: Forense Universitária).

CHACEL, Cristina (2007). O tatu saiu da toca: histórias da internacionalização da Petrobras (Rio de Janeiro RJ: Petrobras).

CONTRERAS, Edelmira Del Carmen Alveal (1994). Os desbravadores: A Petrobras e a construção do Brasil industrial (Rio de Janeiro RJ: Relume Dumará/ANPOCS).

DREIFUSS, René Armand (1981). 1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe (Petrópolis RJ: Vozes).

FREITAS, Carlos E. S. de. “A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários” em Revista Continentes (Rio de Janeiro) Ano 9, Nº 16.

GRAMSCI, Antonio (2000). Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política (Rio de Janeiro RJ: Civilização Brasileira).

HEINZ, Flávio (org.) (2006). Por outra história das elites (Rio de Janeiro: Editora FGV).

INTERBRÁS (1984). Interbrás: ficção e realidade (Rio de Janeiro: Assessoria de Promoções da Interbrás).

IVO, Alex de Souza 2019 “O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura (1957-1968)”, tese de doutorado em história, Salvador (UFBA).

MACARINI, J. P. 2005 “A política econômica do governo Médici: 1970-1973”, Nova Economia (Belo Horizonte) Vol. 15, Nº 3.

MATTOS, F. A. M; BASTOS, P. P. Z.; BARONE, R. S. (2018) “O “debate pioneiro” sobre distribuição de renda no Brasil: como o padrão de acumulação gestado no governo militar de 1964 afetou o perfil distributivo da economia brasileira” em BRANDÃO, Rafael; CAMPOS, Pedro; MARTINS, Monica (comps.) Política Econômica nos Anos de Chumbo (Rio de Janeiro RJ: Consequência).

MOURA, Mariluce (2003). Petrobras 50 anos: uma construção da inteligência brasileira (Rio de Janeiro RJ: Petrobras).

OLIVEIRA, Alberto (2010). A espacialização da petroquímica no Brasil: economia, política industrial e determinantes locais (Rio de Janeiro RJ: Ed. da UFRRJ).

POÇAS, Bernardo Galheiro 2013 “1964-1979: a luta pela hegemonia na petroquímica brasileira”, dissertação de mestrado em História, Niterói (UFF).

PRAUN, L.; COSTA, C. 2016 “Pistas sobre a estrutura e as ações de repressão do Estado brasileiro no pós 1964 e sua configuração no interior da Petrobras” em Revista do Arquivo (São Paulo) Vol.2.

Revista Visão 1970 “Quem é quem na economia brasileira” Vol. 37, Nº 4.

Revista Visão 1980 “Quem é quem na economia brasileira” Ano XXIX, Nº 30.

SPOHR, Martina 2016 “American way of business: empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964”, tese de doutorado em História Social, Rio de Janeiro (UFRJ).

TOSCANO, Daniella Maria Barandier (2011). A influência do sistema Petrobras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) (Curitiba PR: Juruá).